



## ENTRE O CORPO QUE SIGNIFICA E O CORPO SOCIALMENTE SIGNIFICADO: UMA ANÁLISE DA DESIGNAÇÃO “CARA DE LADRÃO” COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Josefa Maria dos Santos<sup>1</sup>

Maria Alcione Gonçalves da Costa<sup>2</sup>

Em 14 de janeiro de 2021, após concluir seu trabalho como operador de supermercado, Lucas da Costa retornava de bicicleta para sua casa quando foi abordado por policiais. Era a quarta abordagem naquele mês, por isso o jovem resolveu filmar a cena que insistentemente se repetia. Nela, o policial diz: **“Foda-se, tu tem cara de ladrão, tu vai ser enquadrado 10 vezes”**. A divulgação da abordagem policial repercutiu em diversos meios de comunicação e despertou nosso interesse por analisar a determinação histórica na produção dos efeitos de sentidos dessa materialidade discursiva, investigando a(s) rede(s) de memória que, historicamente, tem designado o jovem negro e pobre no Brasil como “cara de ladrão”.

Para tanto, propomos possibilidades didáticas de práticas de leituras desse enunciado na perspectiva discursiva entre estudantes de 1º Ano do Ensino Médio, com vistas à desnaturalização da violência simbólica, física e psicológica praticada contra os corpos negros. Isso porque entendemos que, ao desenvolvermos práticas de leituras no espaço escolar, investigando o funcionamento do discurso nos processos de significação, é possível identificar os mecanismos discursivos por meio dos quais o sujeito do discurso produz a evidência do sentido, dentre os quais destacamos a atualização de saberes-dizeres que sustentam a(s) rede(s) de memórias da(s) formação(ões) discursivas com a(s) qual(is) o sujeito se identifica e o silenciamento dos saberes-dizeres inscritos em formações discursivas antagônicas.

Assim, o presente trabalho se apresenta como um importante espaço de proposta e discussão do ensino de “leituras”, sendo importante ressaltar que, ao marcarmos o termo “leituras” no plural, estamos marcando também o nosso lugar de professoras-analistas do discurso, uma vez que entendemos que a produção de sentidos é um processo aberto a sentidos outros, já que as palavras são (re)significadas de acordo com a inscrição do sujeito na história em determinadas condições de produção. Isso implica dizer que um mesmo enunciado pode significar de modos diferentes para sujeitos inscritos em formações discursivas diferentes, assim como pode significar de modos diferentes para um mesmo sujeito em condições de existência distintas. Disso decorre, por exemplo, o fato de um mesmo texto significar de modos diferentes para um mesmo sujeito, quando lido em um intervalo temporal diferente, afinal, nesse ínterim o sujeito-leitor não é mais o mesmo, a sua historicidade de leitura não é mais a mesma, assim como as condições de sua existência não são mais as mesmas. Outrossim um enunciado pode produzir

<sup>1</sup> Doutora em Linguística pela UFAL, mestra em Língua Portuguesa pela UPE e atua como professora da educação básica do Estado de Pernambuco.

<sup>2</sup> Doutora em Linguística pela UFPE, mestra em Língua Portuguesa pela UPE e atua como professora de Língua Portuguesa no IFSERTÃO-PE, campus de Serra Talhada.

diferentes efeitos de sentido entre sujeitos inscritos em FD distintas (PÉCHEUX, 2009). No caso do *corpus* do nosso trabalho, a forma como o jovem Lucas e outros indivíduos interpelados pela forma-sujeito da FD antirracista, por exemplo, (re)significam a fala do policial não é a mesma de indivíduos interpelados em sujeitos de uma FD racista. Isso porque os sentidos não são determinados apenas pela materialidade linguística, mas são determinados pelo funcionamento ideológico que produz a ilusão do sentido único, apagando, por outro lado, as contradições da linguagem, da história e, conseqüentemente, as contradições raciais e de classe.

Nesse sentido, adotamos como pressuposto teórico-metodológico, a Análise do Discurso (AD) de base pecheuxtiana, por entendermos que o sujeito e o sentido são efeitos de um processo discursivo que se realiza em uma determinada formação social, sob condições de produção específicas. Vale destacar, aqui, que a noção de condições de produção, na AD, está relacionada à noção de formações imaginárias que, por sua vez, diz respeito às representações dos lugares sociais que os sujeitos do discurso atribuem a si e ao outro numa dada formação social. Isso implica dizer que os lugares sociais atribuídos aos sujeitos numa dada conjuntura social são construções ideológicas que não possuem uma origem material, mas são construídas pela evidência do sentido, por meio da qual todos os sujeitos sabem o que implica dizer que alguém tem “cara de ladrão”, por exemplo.

Pensando numa perspectiva didático-pedagógica, acreditamos que, ao desenvolvermos práticas de leituras discursivas, a partir das quais os sujeitos-estudantes sejam levados a realizar diferentes leituras de um mesmo enunciado ou texto, por meio de estratégias didáticas que os levem a investigar, identificar e confrontar os funcionamentos discursivos da paráfrase, da polissemia e do silenciamento, é possível promover furos, deslocamentos e até rompimentos com as redes de memórias, levando os sujeitos-estudantes a ampliarem seu modo de ler o mundo, tornando-se, assim, sujeitos mais críticos, participativos e engajados, especialmente, no que diz respeito às causas sociais como o combate à discriminação racial, por exemplo.

Assim, ao investigarmos as redes de memórias em que corpos negros e pobres são (res)significados, buscamos analisar os modos pelos quais os sentidos sobre a designação “cara de ladrão” foram construídos historicamente, considerando que a luta ideológica se dá, principalmente, através da linguagem, lugar de disputa de sentidos, equívocos e contradições. Para tanto, partimos das discussões propostas por Leandro Ferreira (2013), a partir das quais entendemos que o corpo é lugar de simbolização, de marcas e sintomas sociais e culturais, vestígios de historicidade que se relacionam diretamente a novas formas de assujeitamento. Para a pesquisadora, o corpo comparece como dispositivo de visualização, como modo de ver o sujeito, suas circunstâncias, sua historicidade e a cultura que o constitui: “Trata-se do corpo que olha e que se expõe ao olhar do outro. O corpo intangível e o corpo que se deixa manipular. O corpo como lugar do visível e do invisível” (LEANDRO FERREIRA, 2013, p. 2).

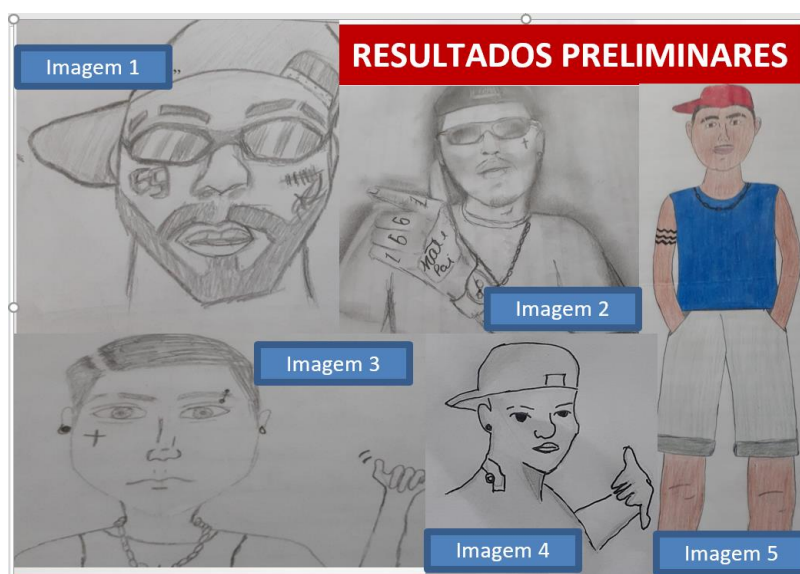
No tocante, ao corpo negro vale acrescentar que, historicamente, ele vem sendo (re)significado por um imaginário social dominante marcado pela discriminação racial, por meio da qual tem-se atribuído traços de negatividade e inferioridade à identidade negra, assim como tem-se destituído o corpo negro de sua condição humana e moral, naturalizando-se, pois, a violência simbólica, física e psicológica praticada contra pessoas negras. Nesse viés, Bento (2002, p. 30) afirma que:

O primeiro passo da exclusão moral é a desvalorização do outro como pessoa e, no limite, como ser humano. Os excluídos moralmente são considerados sem valor, indignos e,

portanto, passíveis de serem prejudicados ou explorados. A exclusão moral pode assumir formas severas, como o genocídio; ou mais brandas, como a discriminação.

Como proposta metodológica, dividimos o trabalho de análise em sala de aula em três etapas: a primeira consistiu na produção coletiva de um quadro descritivo das características físicas de sujeitos que socialmente se enquadrariam na designação “cara de ladrão”. Nesse primeiro momento, buscamos expor o olhar dos nossos alunos a respeito desse corpo metonimicamente substituído pela expressão “cara de ladrão”. Como resultados preliminares, percebemos que a maioria dos alunos acabaram por atualizar um imaginário social que, historicamente, tem colado o sentido de “cara de ladrão” a jovens de pele escura, tatuados e/ou estereotipados pelas marcas do uso do boné, de piercings, da lista na sobrancelha e/ou no cabelo, de correntes no pescoço, de brinco, etc.), conforme podemos notar na imagem abaixo:

**Imagem 1** – Painel de desenhos feitos pelos(as) alunos(as)



Com isso, podemos dizer que a designação “cara de ladrão” teve como referentes discursivos, nesse primeiro momento, corpos revestidos socialmente pela discriminação em relação à cor da pele, conforme podemos notar nas marcas de sombreamento nas imagens 2, 4 e 5, e/ou em relação aos acessórios que são (in)aceitáveis pela classe social dominante que, no caso da sociedade brasileira, que é formada por uma elite branca e conservadora identificada com os valores da cultura eurocêntrica.

Na segunda etapa, utilizamos o vídeo do jovem Lucas Costa<sup>3</sup> para que fossem suscitadas discussões a respeito do (pre)conceito a que estão submetidos jovens negros, pobres e moradores de favelas no Brasil. Como estratégias de leituras, propomos algumas reflexões quanto ao funcionamento discursivo responsável pela produção das evidências de sentidos que colocam a designação “cara de bandido” como algo que “todo mundo sabe o que/quem significa”, naturalizando-se a violência praticada contra o corpo negro que, infelizmente, tem sido exposto a um olhar social determinado pelas lentes do preconceito e, conseqüentemente, da discriminação, impondo-lhe restrições e, o pior, legitimando os diversos tipos de violência sofrido por ele: a um jovem negro é tacitamente negado a escolha de acessórios que “reforcem” o imaginário social de marginalidade, a um jovem negro é ensinado que não se pode reagir à violência física e/ou psicológica sofrida nas abordagens policiais, a um jovem negro...

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DIBlg4QwPMk>. Acesso em: 21 out. 2021.

Para tanto, lançamos uma série de questionamentos aos estudantes no sentido de fazê-los pensar sobre as condições de produção e as formações imaginárias que servem de sustentação para os sentidos naturalizados na materialidade discursiva em análise e que silenciam as contradições e desigualdades raciais na sociedade brasileira, tais como: qual o perfil das pessoas que normalmente são “confundidas” com bandidos nas abordagens policiais? Por que essas pessoas costumam ser “confundidas” com bandidos”? A que classe social pertencem? Em que situações/contextos essas abordagens costumam acontecer? O que a fala do policial mostra sobre o modo como os jovens negros são tratados nessas abordagens? Se Lucas fosse branco o tratamento do policial seria o mesmo? O que significa dizer que alguém tem cara de ladrão? Que discursos/crenças anteriores sustentam o enquadramento desse grupo social por policiais? A que classe/raça pertencem majoritariamente os policiais?

Por meio desses questionamentos, buscamos estilhaçar os sentidos cristalizados no imaginário social dominante de que é “natural” desconfiar de jovens negros, em dadas circunstâncias, especialmente, quando são pobres e quando seus corpos carregam acessórios que reforçam a crença de que existe um biotipo de criminoso em potencial. Crença essa que, inclusive, teve amparo em correntes científicas como a teoria do criminoso nato do médico psiquiatra Cesare Lombroso (*apud* BENTO, 2002), que acreditava haver uma predisposição biológica de determinados indivíduos à criminalidade, dentre os quais encontravam-se os negros. Aqui, vale pontuar que, ao trazeremos à cena a questão da classe social como elemento que reforça a discriminação contra as pessoas negras nas abordagens policiais, não estamos negando ou minimizando as desigualdades raciais, uma vez que os números de pessoas negras mortas em abordagens policiais falam por si sós sobre o quanto o preconceito tem cor.

Outra questão que ganhou destaque no momento da intervenção didática foi a indiferença e, diríamos até, o ódio materializado na fala do policial: **“Foda-se, tu tem cara de ladrão, tu vai ser enquadrado 10 vezes”**. Conforme podemos notar, essa indiferença e esse ódio estão marcados linguística e discursivamente, por meio do uso da expressão “foda-se” e por meio da naturalização da violência sofrida (e que continuará sofrendo) pelo jovem Lucas, presente na afirmação “tu vai ser enquadrado 10 vezes”. Aqui, vale pontuar que o policial também é negro, o que nos leva a pensar sobre o funcionamento da ideologia e do quanto o sujeito é determinado por ela, chegando, inclusive, a agir de forma indiferente e odiosa em relação a características humanas social e ideologicamente vistas como negativas e inferiores, mesmo quando se trata de uma projeção de si mesmo. Nesse sentido, a fala do policial pode ser vista a partir da perspectiva do ódio narcísico. Nos termos de Bento (2002),

O ódio narcísico, em relação aos *out-groups*, é explicado por Adorno e Horkheimer (1985) pela paranóia, também pautada nas defesas primitivas em que se expulsa tudo o que possa representar uma ameaça à autopreservação egóica. Chamam de “falsa projeção” o mecanismo por meio do qual o sujeito procura livrar-se dos impulsos que ele não admite como seus, depositando-os no outro. Aquilo, portanto, que lhe é familiar passa a ser visto como algo hostil e é projetado para fora de si, ou seja, na “vítima em potencial”.

Em uma sociedade determinada majoritariamente pela lógica eurocêntrica, cristã, masculina, branca e heterossexual, oprimir pessoas negras e rejeitar todo estereótipo que fuja dos padrões determinados como “normais” pelo imaginário dominante da elite branca conservadora passa a ser uma prática naturalizada até mesmo entre pessoas negras que, inconscientemente, negam ou até rejeitam sua identidade e projetam em seus semelhantes o ódio como uma tentativa ilusória e frustrada de pertencer aos grupos opressores. A respeito dos impactos sociais do fenômeno da projeção, Bento (2002, p. 39) afirma

que “Sociedades muito repressoras, que punem ou censuram a expressão de aspectos humanos fundamentais considerados negativos, favorecem a proliferação de pessoas que podem negar partes de si próprias, projetá-las no outro e dirigir sua agressividade contra o outro”.

Por fim, solicitamos que os estudantes produzissem um comentário crítico, apresentando o ponto de vista deles sobre a forma como o jovem Lucas foi abordado no vídeo e sobre as tantas outras práticas racistas que insistentemente se fazem presentes na sociedade brasileira. Vejamos dois dos comentários produzidos pelos alunos e que foram divulgados na ferramenta digital *padlet*<sup>4</sup>, que é um mural interativo, por meio do qual podemos compartilhar *post*, vídeos, imagens, comentários, etc.

### Comentário 1

<p>Anônimo 3M</p> <p><b>Racismo - [REDACTED]</b></p> <p><b>B.</b></p> <p>“Em nós, até a cor é um defeito. Um imperdoável mal de nascença, o estigma de um crime”. Esse é um trecho de um dos trabalhos do poeta Luiz Gama, o mesmo lutou contra o racismo, no Brasil, por anos! E sua fala está fortemente ligada ao que observamos no vídeo. Atribui-se a isso o modo como o policial se dirige ao rapaz depois da abordagem realizada, porém o que está em jogo é o racismo desenvolvido estruturalmente na sociedade brasileira, ou seja, dizendo que o homem possui “cara de ladrão” o agente de segurança comete um ato que se integra ao preconceito racial, levando em consideração que ele associou a cor com um “possível” ato criminoso.</p> <p>Em decorrência disso, torna-se praticamente impossível não pararmos</p>	<p>para pensar e analisar até onde esse tipo de conduta chegou, pois quando observamos nossa realidade e percebemos que apesar de serem diligências totalmente desprezíveis...elas ocorrem em demorado.</p> <p>Assim, citando um recente caso que ocorreu na Bahia, uma mulher negra precisou tirar uma peça da parte de baixo de suas vestes após ser acusada por funcionários do shopping em ter furtado um objeto; nada se comprovou, e a vítima acusou-lhes de racismo. Sabendo disso, fica claro que a discriminação no país tem uma cor específica, e ela é preta...além de que, pessoas desse tipo são comuns em áreas periféricas e zonas desprovidas de atenção governamental. Tendo em vista, afirmamos e reafirmamos que racismo é crime, e a frase usada em manifestações dos EUA que diz: “Vidas pretas importam”, nunca deixará de ser uma completa verdade!</p>
---	--

### Comentário 2

<p>Anônimo 3M</p> <p><b>Racismo- [REDACTED]</b></p> <p>O racismo está enraizado na sociedade, por mais que as pessoas digam que não, acaba sendo em uma palavra que sai de forma errada, em uma colocação de uma frase, em uma reação que uma pessoa tem ao se deparar uma pessoa negra na rua. Então são vários pequenos erros que uma pessoa comete que ela nem sente. Em uma cena que se passa na série Grey's Anatomy, a médica Miranda Bailey, teve que ensinar ao seu filho a como agir ao ser abordado pela polícia, agora uma pergunta que eu te faço, Porque ela teve que ensiná-lo isso? Pelo fato do RACISMO existir!, pelo fato do RACISMO matar CRIANÇA que só</p>	<p>estão tentando entrar em casa e a polícia chega e dá um tiro pensando que é um ladrão. E se esse garoto fosse um garoto branco, os policiais teriam disparado a arma ou abordado ele?. Nesse vídeo podemos ver o quanto o jovem Lucas fica desconfortável e apavorado com a abordagem policial, e ele fala que essa é a 4ª vez que ele é abordado, o racismo é crime e crimes tem que ser julgados e pagados na justiça. Uma pessoa não pode ser retirada de um local pela sua cor, uma pessoa não pode ser destrutada e maltratada pela sua cor, isso é inadmissível. Em pleno século XXI temos toda essa discriminação imaginada na época da escravidão, isso tudo é um absurdo e precisa ser rapidamente corrigido.</p>
---	---

Ao trazer à cena enunciativa o trecho do poema de Luiz Gama, o sujeito-estudante 1 reflete que as raízes do preconceito de classe são profundas na história brasileira, silenciando e dissimulando a violência

<sup>4</sup> Disponível em: <https://pt-br.padlet.com/alcionecosta/6i2ozpsmrjwdudt>.

das relações de exploração econômica e de exclusão racial e social que, em um processo metafórico, produz relações de semelhança entre o “ladrão” e o jovem negro e periférico do Brasil. Tal relação demonstra a indissociabilidade entre os dois sujeitos que, em última análise, denuncia os efeitos da memória de um passado escravagista que significa e é significada no processo de divisão social.

Nesse processo, os efeitos metonímicos da expressão “cara de ladrão” são, como demonstrado nos comentários dos sujeitos-estudantes, resultados do funcionamento ideológico de um corpo estereotipado negativamente que surge, como diz Fontana (2014, p. 172), “da imbricação de traços que referem à ordem do racial (textura do cabelo, cor da pele, forma corporal), do cultural (tipo de penteado, de roupa, postura, agir), do social (marcas de classe nas vestimentas) e de gênero”. Assim, conforme exemplificado pelo sujeito-estudante 1, pelos traços da face, os sujeitos têm “seu caráter decifrado”, tonando-se comuns exemplos como os de pessoas negras serem confundidas com ladrões em *shoppings*, lojas, mercados, feiras e estacionamentos.

Assim, cara de ladrão está para jovens negros tal qual cara de médico está para jovens brancos da elite. Nesse sentido, o funcionamento metonímico que toma o rosto/cara/face, parte do corpo, como o todo, caracterizam/identificam os ladrões de forma homogênea. Há, dessa forma, uma cara (parte do corpo) que permite categorizar socialmente esse corpo nas relações de classe. Seria possível dizer, então, que pelo funcionamento do pré-construído há deslizamento de sentido em que o corpo biológico (traços físicos) passa a significar a função social, posição de classe na sociedade (corpo socialmente significado).

Para efeitos de conclusão, podemos dizer que é possível, e até mesmo necessário, desenvolver atividades de leitura, a partir dos pressupostos da AD, com alunos da Educação Básica, levando-os a observar os discursos que circulam no meio social como resultado de processos sócio-históricos e ideológicos determinados por relações de poder que (re)produzem a exploração e subalternização de minorias, com vistas à manutenção de privilégios de grupos hegemônicos. Mais do que isso, acreditamos e defendemos que, por meio da leitura discursiva, os(as) professores(as) de Língua Portuguesa podem transformar o chão da sala de aula em espaços de resistência e de luta contra todo tipo de preconceito e discriminação social, fazendo com que os sujeitos-estudantes desenvolvam leituras que confrontem os sentidos hegemônicos e façam ecoar as vozes dos oprimidos.

## REFERÊNCIAS

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iracy; BENTO, M. A. S (org.) **Psicologia social do racismo** – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 25-58.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O corpo como materialidade discursiva. **Redisco**, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 77-82, 2013.

FONTANA-ZOPPI, M; CESTARI, M.J. “Cara de empregada doméstica”: discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil. **RUA [online]**, ed. esp., 2014. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua>.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. Tradução: José Horta Nunes. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD69). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução: *Bethania S. Mariani et al.* 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.